

REFLEXÕES SOBRE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO: NOTAS DE UM DEBATE(*)

Carlos Walter Porto Gonçalves (**)

EM 1978 desenvolveu-se dentro da Geografia um processo que culminou com a chamada Geografia Crítica, e hoje, após seis anos, percebemos que ainda há uma grande distância entre o que se vem discutindo desde 1978 e a realidade da Geografia que se pratica no Brasil. Sabemos, porém, das imensas dificuldades que existem para aprofundar a discussão e o trabalho.

Acredito que é necessário refletir criticamente sobre a nossa prática enquanto professores, prática esta imersa numa sociedade contraditória e, por isso, permeada de conflitos. Não estamos, enquanto professores, numa redoma de vidro, isentos de contradições, sendo importante, portanto, momentos como esse, onde possamos trocar experiências e compreender melhor a sociedade em que vivemos e a nossa prática enquanto cidadãos que, conscientemente ou não, ajudam a constituir esta sociedade. Como não existe teoria válida em si mesma, vai ser a prática de cada um de nós que vai dar conteúdo real aos debates e reflexões

*** Transcrição, revista pelo autor, de palestra realizada na Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (SP) durante o treinamento para professores de Geografia realizado em setembro de 1984.**

**** Professor no Depto. de Geografia da PUC-RJ.**

que aqui faremos. No entanto, a prática que recusa refletir sobre o seu significado pode ser responsável, em nome de um objetivismo pragmático, por efeitos muitas vezes contrários às suas pretensões. Neste momento introdutório, é bom lembrar (que a exclusão da filosofia e a introdução dos "Estudos Sociais" em nossas escolas teve por base, exatamente, o privilegiamento do fazer, do agir, no lugar do pensar e refletir. Não se trata, obviamente, de inverter os pólos da questão, mas, fundamentalmente, do reconhecer que o agir e o pensar, o fazer e o refletir são dois momentos inerentes à "praxis" humana. Negar qualquer um desses momentos é negar o que constitui a natureza do ser humano,

Como já antevemos, a problemática de que nos ocuparemos é bastante complexa, e, nesse sentido, gostaria que saíssemos daqui com dúvidas estimulantes, mais do que com certezas absolutas.

Por outro lado, é preciso alargar a participação no debate do que se chama Geografia Crítica. Que criticidade é esta que continua sendo um discurso de poucos, muitas vezes hermético, que em vez de ampliar o espaço de reflexão continua limitado ao restrito espaço da Universidade? Afinal, até mesmo por força de lei, é nas escolas de 1º e 2º graus que se desenvolve a maior prática social daqueles que são formados em Geografia. Se a proposta de uma nova Geografia for entendida como um mero discurso e não como uma nova forma de pensar e agir no mundo, o debate pode continuar do jeito que está. Acredito que a proposta de uma nova Geografia só terá sentido na medida em que ela possa avançar ao ser apropriada e ser fecundada por mais cabeças.

Há várias portas de entrada para a discussão da Geografia. Gostaria de propor duas: em primeiro lugar, é preciso refletir sobre a nossa prática enquanto professores, analisar nossa rotina de trabalho, processo esse que parece tão natural por ser o nosso cotidiano. Em segundo

lugar, precisamos refletir sobre os dilemas com que nos defrontamos enquanto professores de Geografia.

Devemos estar atentos para o seguinte: a Escola, que parece ser uma instituição muito natural, como fenômeno social de massa é extremamente recente — do final do século XIX. Até então as escolas estavam atreladas às instituições religiosas, à formação de sacerdotes, e passavam um saber extremamente exclusivista e elitista. Só com a Revolução Industrial e com o advento da sociedade capitalista é que se vai ter a generalização da alfabetização. Assim, até o século XIX, a humanidade viveu em sua quase totalidade sem saber ler e escrever. A Escola, portanto, que encaramos como uma coisa muito natural, nem sempre existiu: ela é um produto do século XIX.

Esta escolarização da sociedade faz parte do ideário iluminista, da constituição da sociedade a partir de indivíduos dotados de razão e, por isso, capazes de estabelecer um contrato social. A escola cumpriria uma função importante ao difundir os conhecimentos necessários à formação do bom cidadão. Não se deve negligenciar, por outro lado, o papel desempenhado por uma série de associações e entidades de trabalhadores que, além de reivindicarem direitos relativos à melhoria das condições de vida e trabalho, desenvolviam, autonomamente, cursos de alfabetização e de informação científica. Paulatinamente, as entidades operárias perdem interesse por essas atividades que vão sendo transferidas para o Estado (ver a esse respeito o excelente livro do Harry Braverman, "Trabalho e Capital Monopolista". Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981. 3.ª edição).

Entretanto, a sociedade cria instituições para poder se afirmar através delas, isto é, as instituições são criadas para reproduzir a sociedade que as criou e a Escola não foge à regra. Desta forma, o aparelho estatal controla Cada um de nós e sabemos disso, inclusive pela observação dos currículos escolares: há todo um sistema de controle

para que se ensinem determinadas coisas; para que se passem determinados valores e, desta maneira, a Escola serve como instrumento de reprodução da sociedade.

Como a Escola, porém, não está isolada do contexto social, desenvolvem-se no seu interior lutas e contradições: há sempre alguém que questiona o diretor ou a estrutura curricular; alguém que está preocupado com um ensino diferente, com uma Escola mais popular, mais democrática, mais ligada aos interesses da população. Portanto, se a Escola é um aparelho de reprodução da sociedade, ela é, ao mesmo tempo, um lugar contraditório de prática social.

Devemos, pois, tomar cuidado com os valores que estamos passando para os nossos alunos: serão valores que afirmam uma sociedade contraditória, opressiva e desigual ou estamos preocupados com uma Escola que abra espaço para a justiça social e para a democracia?

Uma reflexão como esta pode surpreender à primeira vista, na medida em que tendemos a achar a escola um fenômeno natural, até porque a nossa rotina faz com que nos sintamos assim. A prática do cotidiano, na sua simplicidade, acaba por escamotear complexas questões e, de certa forma, encontros como este de que ora participamos quebram a rotina e, paradoxalmente, por termos saído da roda-viva do cotidiano, está sendo possível colocar essas questões. Volto a insistir: ou a reflexão sobre a prática é reconhecida como parte integrante desta ou operaremos com esta nova dicotomia: durante o ano, *fazemos*; nos encontros, *refletimos*.

Como disse de início, devemos estar atentos também para o nosso papel específico de professores de Geografia. Não há diferença entre nós e os demais professores quanto ao que foi colocado anteriormente: todos estamos imersos numa prática contraditória. Não podemos pensar que somos neutros e que, portanto, não estamos de um lado nem do outro. Esta postura pode servir para "salvar" o lado de quem assim age e aqueles que se beneficiam do atual

estado de coisas agradecem. Já aqueles que sofrem os efeitos do atual sistema continuam sendo oprimidos e explorados apesar (ou por causa) da "neutralidade" que muitos acreditam portar.

Por outro lado, somos professores de Geografia e, a partir do que já foi exposto, duas questões se colocam: a primeira é que também acreditamos que ser professor de Geografia é muito lógico e muito natural. A segunda nos remete ao problema de verificar se a Geografia tem alguma especificidade enquanto saber escolar e quais as implicações deste saber que passamos aos nossos alunos.

Vamos por partes: podemos lembrar que, até o século XIX, a Geografia, enquanto saber específico, não existe. Nos séculos XVI e XVII, chamava-se de geógrafo a pessoa que fazia mapas, o que hoje seria o cartógrafo. A Geografia foi ensinada pela primeira vez na Universidade por um filósofo famoso, Emmanuel Kant, que ensinava não apenas Geografia, mas uma série de outras coisas.

É a partir do século XIX que se vai ter, através das figuras de Humboldt e Ritter, uma Geografia institucionalizada dentro das Universidades. O movimento que institui a Geografia como ciência vai levar, no mesmo processo social, ao surgimento de uma série de disciplinas específicas. É um processo que vai constituindo a chamada divisão do trabalho científico e, ao discutirmos a Geografia, devemos tomar isso em conta.

O que é Geografia? Trata-se de uma pergunta tão velha quanto a própria Geografia. Mas é importante perceber que, ao nos preocuparmos em levantar o que seja a matéria geográfica, estabelecemos fronteiras com as demais ciências e estamos, assim, participando desse processo global de fragmentação do conhecimento, de parcelização do saber. Ao fixarmos limites entre Geografia, Sociologia, Economia, estamos contribuindo para a dicotomização do saber e perdendo a visão do real. Ao mesmo tempo, achamos que a Geografia é a realidade, isto é, estamos tão imbuídos da concretude do que seja a Geografia que a

confundimos com a realidade. Esta, porém, é muito maior que a Geografia; ela é econômica, é social, é política, é natural. Ao tentarmos dar uma explicação geográfica para a realidade, podemos cair naquilo que se chama geografismo, como o historiador cai no historicismo, ou o sociólogo no sociologismo e o economista no economicismo, porque cada um acha que tem a verdade última a respeito da realidade. Essa parcelização do saber conduz à perda da visão do todo.

Rousseau, filósofo iluminista do século XVIII, fala, em uma de suas obras, da importância da organização do espaço para a justiça e para a democracia; discute — sem nunca ter sido citado pelos livros de Geografia — como melhor organizar o espaço com vistas a realizar a democracia e a justiça. Aliás, temas que a Geografia dificilmente discute, pois se considera que democracia e justiça são assuntos que devem ser discutidos por juristas ou cientistas políticos, não por geógrafos. Rousseau, preocupado com os problemas da sociedade de seu tempo, fez reflexões em vários planos e não esqueceu que o geográfico é também *uma* dimensão da realidade. O problema é o geógrafo achar que a Geografia é a dimensão da realidade, ou que a Geografia é o saber que vai resolver todas as questões. Rousseau trabalhava com o geográfico, mas dentro de um todo; dentro do processo sócio-histórico que estava vivendo.

A fragmentação do saber que vai se estabelecendo desde o século XIX, através do processo de divisão do trabalho científico, chega hoje a requintes.

O pensador francês Jacques Rancière afirma que quando um saber é parcelizado e institucionalizado como ciência particular, geralmente isso acontece para que se torne instrumento de dominação. Nós, geógrafos, ao destacarmos o geográfico da realidade, estamos efetuando uma abstração. O problema está em considerarmos que essa abstração é concreta, acabando por fazer geografismo. Se o geógrafo ficar preocupado com os limites da Geografia,

delimitando fronteiras como se estivesse defendendo o seu território, a sua nação, estará perdendo a dimensão mais profunda do conhecimento — a totalidade. Os pensadores século XVIII eram homens com uma formação ainda livro destas camisas-de-força. Tinham uma visão da totalidade social em que estavam vivendo e desenvolveram uma série de reflexões importantes em qualquer plano, sem dicotomizar o conhecimento.

É preciso ressaltar, novamente, que a crítica que fazemos à Geografia e à atuação do geógrafo cabe também à Economia, à Sociologia, etc.

Adam Smith, por exemplo, preocupado com os problemas de sua época, ao perceber que quando apareciam mercadorias demais no mercado os preços das mesmas baixavam, e que quando a oferta daquelas diminuía, estes aumentavam, procurou descobrir o que causava esta situação (o que era um problema bem concreto). Estava preocupado em discutir o valor das coisas; o preço justo. Portanto, estava preocupado com a questão da justiça; com a dimensão social dos problemas. Tornou-se, mais tarde, um economista.

Essa dimensão social da Economia nem sempre é considerada pelos que estudam essa ciência. Para exemplificar, posso citar a experiência que tive recentemente na PUC, quando deparei com dois alunos discutindo uma equação no quadro negro: contavam com uma curva de inflação e outra de desemprego e precisavam modificar algumas incógnitas dessa equação. Perguntei aos dois alunos se sabiam o que é desemprego e, diante da vacilação da resposta, respondi que desemprego é angústia, ansiedade, que pode até se transformar em suicídio. É, no fundo, um sentimento de inutilidade social. Esses dois alunos tinham perdido completamente a dimensão social da própria Economia, que Adam Smith compreendeu muito bem ao pensar os problemas de seu tempo. Depois que a Economia se tornou um saber específico, as questões do social passaram para o campo da Sociologia; o sociólogo, por sua vez, não deve

tratar de questões do econômico. E nós devemos perguntar: a quem interessa esse tipo de fragmentação do saber?

Em relação à Geografia, também caímos em dilemas muito semelhantes. Por exemplo: uma fábrica é um fenômeno geográfico? Podemos responder que não; que é um lugar de produção. Ao mesmo tempo, contudo, a fábrica está ocupando um lugar no espaço; dentro dela há uma estrutura de classes: o patrão, os gerentes, os trabalhadores, numa relação tal que a produção não é determinada nem distribuída igualmente por e para todos. Assim, dentro da fábrica se coloca a questão da desigualdade de classes, onde o patrão e os técnicos controlam os trabalhadores e estes, por outro lado, sabem perfeitamente que o que estão produzindo não lhes pertence. Portanto, uma fábrica é um fenômeno geográfico, mas é também um fenômeno econômico, sociológico e político. É um lugar de conflito, de lutas. Se tomarmos o exemplo de uma fazenda, também chegaremos a essa conclusão: é um fenômeno geográfico, é econômico, possui uma determinada estrutura de classes e determinada forma de relação social. Os exemplos são inúmeros.

E nós, professores, ficamos preocupados em delimitar a Geografia, da História, da Sociologia, etc. Cada um tentando garantir seu território e, nessa fragmentação do real, a criança vai se desinteressando cada vez mais pela Escola e pela Geografia. Assim, a discussão da Geografia e a discussão da Escola enquanto instituição devem caminhar paralelas e o professor tem uma grande responsabilidade nesse sentido. Para nós, professores de Geografia, interessa refletir sobre o seguinte: passamos para os nossos alunos uma visão dicotomizada da realidade e isso não interessa a eles, pois a realidade é muito mais complexa. Dessa forma, enquanto estivermos estritamente preocupados em definir a Geografia, em isolá-la das outras ciências, estamos contribuindo para o processo da dominação e de fragmentação da realidade.

Pode-se argumentar que hoje em dia é difícil reviver a situação que foi vivenciada até mais ou menos o século XVIII, quando se tinha uma concepção mais global dos problemas. Isto é verdade, mas não porque os problemas daquela época fossem menos complexos. Não. Trata-se, na verdade, de uma complexidade diferente da que vivemos hoje. Neste sentido, evocar o tipo de concepção que se tinha àquela época não tem por finalidade copiá-la, até porque os filósofos daquela época não podiam pensar a nossa complexidade. Pelo contrário, tem, antes de mais nada, a finalidade de pôr em debate a atual divisão do trabalho — diga-se de passagem não só científica — que nada tem de natural, sendo apenas resultado de uma determinada forma de conceber o mundo. Por outro lado, conceber a realidade como totalidade não é ter a concepção ingênua de que vamos falar de todas as coisas. A totalidade não é a soma de todas as coisas, como uma certa visão da Geografia, por exemplo, acredita. O saber geográfico dominante fala de clima, vegetação, relevo, hidrografia, população, principais atividades econômicas, etc. Na verdade, pretende falar de todas as coisas e, no fundo, acaba por produzir uma visão caótica do mundo, não analisando como essas coisas se formam, se produzem, se estruturam, se constituem como totalidade.

Quando me refiro a esta concepção de totalidade quero dizer, enquanto geógrafo, que o espaço geográfico é alguma coisa produzida pela sociedade. Que qualquer sociedade organiza seu espaço através do processo de trabalho, apropriando-se socialmente da natureza. Que os homens serialmente produzem a sua Geografia para se reproduzirem enquanto seres humanos, num contexto de relações sociais determinadas. Afinal de contas, os homens que existem no espaço geográfico não são apenas um número (densidade, distribuição da população), mas seres dotados também de vontade, aspirações, desejos, enfim de subjetividades que são formadas no contexto das relações sociais sob as quais estão vivendo. Se essas relações são contraditórias

rias. elas se manifestam em lutas sociais. Não podemos ignorar o caráter político da Geografia, bastando lembrar o saber geopolítico ou, se quisermos citar um fato mais corriqueiro, lembrar a cinematografia de guerra, onde, quase sempre, o Estado Maior com seus generais (e nunca os soldados) é que estão com um mapa na mão. Enfim, a Geografia deve ser entendida como um momento necessário da sociedade, que só pode ser compreendido dentro da totalidade social de que faz parte e que ajuda a constituir.

Romper com esta divisão do trabalho científico é, pois, conseguir pensar o fato geográfico em novas bases. A divisão do trabalho científico deve ser vista como um fenômeno de uma sociedade surgida na 2.^a metade do século XVIII, a capitalista. No interior desta sociedade, a divisão do trabalho social foi aprofundada: precisa da Química porque tem indústrias químicas; precisa da Física porque tem indústrias que trabalham com produtos físicos, óticos, etc. Portanto, essa divisão do trabalho científico está apoiada no processo de divisão social do trabalho em geral. Por detrás dessa divisão, percebe-se uma sociedade capitalista que divide o trabalho porque é, fundamentalmente, uma sociedade produtora de mercadorias. Ora, se um indivíduo tem todas as coisas de que precisa, não comprará nada. Por outro lado, na medida em que só faz uma única coisa, porque o trabalho se acha dividido, obviamente terá que adquirir as outras coisas de que não dispõe. Assim, o mundo das mercadorias cresce na medida em que cresce a divisão social do trabalho, isto é, a nossa sociedade, por ser produtora de mercadorias, precisa da divisão do trabalho. Não se pode perder de vista essa relação histórica que vai levando à divisão do trabalho social e também à divisão do trabalho científico. Caso contrário, pode-se achar que se trata de uma divisão natural. Trata-se muito mais de um sistema histórico do que de um sistema lógico de divisão do trabalho. Por tudo isso, uma questão importante

deve estar entre as nossas preocupações: como fazer Geografia sem perder de vista a totalidade social?

Para tanto, há que se mexer exatamente com as definições cristalizadas de Geografia e ter uma proposta teórica capaz de encarar o real como uma totalidade, isto é, como ser, ao mesmo tempo, geógrafo e fazer uma análise. Que transcenda a Geografia? Ou seja, ser geógrafo não-geógrafo. O mesmo pode ser dito do economista: entendo que o papel do bom economista é ser um economista não-economista, superando a Economia. Assim, a crítica feita não se refere à Geografia, pois ao criticar esta, pode-se pensar que se trata de uma ciência inferior e que nós, geógrafos, somos os menos preparados do mundo.

Proponho, portanto, discutir o seguinte: como mexer com a insatisfação concreta de um saber parcelizado, que fragmenta o real? Isto significa avançar na reflexão sobre o seguinte ponto: se a Geografia é um saber específico, só se pode perceber sua especificidade em relação as outras ciências, pois ninguém é específico em relação a si próprio. Na medida em que confundimos a Geografia com a realidade "tout court", na verdade, perdemos a dimensão do que é o não-geográfico; perdemos a diferença, o outro, porque tudo é Geografia, confundindo-a com a realidade. Está nos faltando, portanto, uma proposta teórica capaz de englobar esse problema.

Nesse sentido, gostaria de adiantar alguns problemas, mais do que, agora, sugerir soluções.

Foi levantado, de maneira pertinente, que, infelizmente, se perdeu uma tradição muito importante da Geografia. Quando fui estudar os iluministas do século XVIII, percebi que pessoas como Humboldt e Ritter, considerados os fundadores da ciência geográfica, estavam extremamente alentos diante das questões gerais da época. Por exemplo, eles estabeleceram relações com Schelling, com Hegel, com Kant. Estavam envolvidos em uma discussão ampla, na qual acabaram constituindo a Geografia como

ciência, ao mesmo tempo em que participavam dos debates filosóficos do seu tempo.

Gostaria, pois, de levantar a questão: estamos nós acompanhando o debate filosófico do nosso tempo? Na verdade, ficamos defasados neste debate. Daí surge a necessidade de resgatar a história da Geografia, o que significa discutir com o restante das ciências e com o restante do pensamento, envolver-se com a problemática mais ampla. Faço esta proposta para que saíamos da Geografia pela Geografia, que só olha para o próprio umbigo, atitude que nos empobreceu muito.

Este fato remete a uma nova colocação: o que se vai saber da nossa especialidade, da nossa particularidade, se não se está acompanhando a evolução do conhecimento como um todo. Há que se fazer um esforço nesse sentido. Estou ciente das dificuldades e partilho das preocupações aqui levantadas, mas é problemático também continuar da forma como vimos procedendo. Gostaria também de que exercitássemos essa reflexão daqui por diante, pois esta questão não vai ser resolvida hoje, mas é uma discussão para a qual se deve sempre estar atento.

Por tudo isso é que frisei até agora o fato de que a divisão do trabalho científico na nossa sociedade acompanha a divisão do trabalho social. O processo de desenvolvimento da sociedade em que vivemos dividiu extremamente o trabalho, parcelizou-o de tal forma que tornou necessária, ao mesmo tempo, no plano teórico, uma divisão. É importante perceber que esta divisão do trabalho científico foi produzida nesta sociedade e não é a única divisão do trabalho científico possível para a humanidade. Às vezes se aceita: já que é dada, parece que é eterna; parece que, por estar aí, é a mais lógica. Ora, é a mais lógica no interior da nossa sociedade. Ao mesmo tempo sofremos com as contradições dessa divisão, donde surgem nossas dificuldades.

A próxima tentativa será a de avançar todas essas reflexões, e sei que, no decorrer, vão aparecer questões po-

lêmicas que estou disposto a enfrentar. Não devemos deixar de levantar uma questão simplesmente porque não temos respostas para ela. O importante é não silenciar sobre aquilo que incomoda.

A Geografia, bem como a Economia, a Sociologia e as demais ciências são, na verdade, fragmentações que precisam reconhecer suas próprias limitações. A Geografia, a Sociologia, a Psicologia, a Economia, etc. não são a realidade. Esta é mais complexa do que cada uma dessas ciências em particular. Ressalto isto a fim de evitar o psicologismo, o sociologismo, o economicismo e, obviamente, o geografismo. É preciso, portanto, instrumentalizarmos teoricamente para superar a divisão do trabalho científico que nos foi imposta. E tanto nos foi imposta que, inclusive, sofreremos com ela para aprofundar o debate.

A alternativa que eu vejo para superar a questão da fragmentação é reconhecer que, efetivamente, só existe uma ciência, e esta ciência é a História. Uma observação para se evitar mal-entendidos: a História a que me refiro não é uma disciplina tal e qual é ensinada nas escolas. É uma concepção filosófica a respeito da matéria.

Qual é o fenômeno que pode ser tratado fora da História? Qual é o fenômeno a ser abordado que não tenha uma historicidade, que não se desenvolva ao longo da História?

Sou geógrafo, tento superar o geografismo e penso que o caminho é considerar o nosso próprio objeto de estudo um fenômeno histórico. Nesse sentido, não vejo também alternativa para a Economia que não seja a abordagem histórica, bem como para as outras ciências.

Por sua vez, os historiadores têm silenciado sobre uma série de questões; não sabem via de regra tratar, por exemplo, do modo como as sociedades têm organizado seus espaços ao longo dos tempos e não vêem nenhuma importância nesse fato. A História ensinada por aí é geralmente a dos fatos ao longo dos tempos, como se pudesse existir um tempo fora do espaço.

Para esclarecer, vou ilustrar com uma situação de ruptura histórica, através do que ocorreu na Rússia em 1917. Tratava-se de uma sociedade bastante complexa, com os czares e toda uma hierarquia feudal ainda dominando o país, e, ao mesmo tempo, de uma sociedade onde já começava o desenvolvimento capitalista, com indústria em Moscou e São Petersburgo, inclusive indústrias de grande porte. Mas um processo de superação e de conflito social levou à ruptura histórica, onde os homens, insatisfeitos com a situação vivida, pretendiam criar um mundo novo, uma sociedade nova.

Na década de 20, subsequente à da Revolução, abriu-se um debate muito interessante na Rússia,* que colocava o problema da organização do espaço. Ressaltamos que nenhum dos participantes desse debate era geógrafo. A questão em tela era a seguinte: o governo que havia se implantado com a Revolução de Outubro de 1917 herdara uma geografia, uma organização do espaço, construída pela e para reproduzir a sociedade que a Revolução pretendia destruir. Como construir uma sociedade nova com a antiga organização do espaço?

Um polémico debate se desenvolveu ao longo da década de 20 em cima da necessidade de se organizar o espaço de maneira nova, ou seja, de propor uma reorganização do território capaz de contemplar os desejos daquela nova sociedade. O grupo, intitulado o dos "Desurbanistas", propunha cidades de 80 a 100 mil habitantes para que as pessoas pudessem se conhecer e trabalhar em comum, diferenciando-se das grandes cidades onde ninguém se conhece, que violentam o homem e que o individualizam a ponto de o atomizar. Tal reorganização não deveria significar uma

* RODRIGUES, A. J. *Urbanismo e revolução*. Porto, Afrontamento, 1975.

volta romântica ao campo, na medida em que se propunham também um moderno sistema de transportes e comunicações capaz de dar às pessoas condições para se informarem de tudo o que acontecesse em todos os lugares, evitando o "gheto" da pequena cidade. Propunha-se fundir cidade e campo, acabando com a dicotomia operário-camponesa.

Esta polêmica foi encarada pelos burocratas como uma ameaça, a tal ponto que, em 1930, Joseph Stalin e Kaganovitch se posicionaram contra as idéias colocadas, justificando através de um texto que as cidades deveriam ser grandes, pois assim seriam mais produtivas e mais funcionais. Como bons burocratas, propunham uma cidade burocrática, como é hoje a sociedade soviética. Era uma proposta bem diferente daquela que propunha uma sociedade onde os homens pudessem controlar qualitativamente seus processos de vida, na medida em que organizassem seu território de maneira diferente para constituir uma história nova.

Através deste exemplo, quero chamar a atenção para a relação entre a organização do espaço e o tipo de relações sociais que os homens estabelecem entre si. Assim, uma interpretação geográfica em novas bases pode nos ajudar a compreender a sociedade.

Tomemos um outro exemplo: considere-se uma estrutura geográfica de um país subdesenvolvido — o caso da Tanzânia. Este país possuía uma estrada perpendicular ao litoral — uma única rede viária — e uma cidade que é a capital e o porto — Dar-es-Salaam. Sua geografia, isto é, uma grande "plantation", uma estrada e um porto (caracterização que se faz, geralmente, da estrutura geográfica das sociedades subdesenvolvidas), colocou uma série de questões quando a Tanzânia passou pelo processo de emancipação, tal como ocorreu no processo de libertação colonial dos países africanos. No dia subsequente ao da independência, tornaram-se patentes os problemas a serem resolvidos: para que servia aquele porto? Para exportar.

Para que servia aquele centro administrativo-comercial, a cidade-capital ? Para exportar. E o que significava o processo de libertação colonial senão cortar as relações de dependência? Portanto, o que fazer com essa geografia herdada?

Quero sugerir, simplesmente, que a Geografia é como se fosse o resultado de um processo no qual a História vai constituindo o espaço. Porém, como a própria História tem um desenvolvimento contraditório, não contínuo ou linear, ocorrendo às vezes processos de ruptura do tipo revolucionário, ela acaba levantando um problema muito sério do qual os historiadores, normalmente, não se ocupam: explicar que a organização do espaço é criada pela sociedade, para a reprodução dessa sociedade.

Temos aqui, assim, uma questão importante: é preciso ter clareza de que a Geografia tem um objeto de estudo com vistas a conhecer a sociedade. E, da mesma forma, qual é o sentido da ciência? Trata-se de compreender a realidade para a transformar e, neste sentido acabar com nossos limites, com nossas frustrações, com nossos grilhões, sempre historicamente determinados. Ou a ciência serve para isto ou é uma brincadeira para dar emprego a algumas pessoas e, diga-se de passagem, brincadeira cara, pois nós cientistas custamos muito socialmente. Isto porque o fato de estarmos aqui, sentados nestas cadeiras, com esta mesa, este microfone, custou o trabalho de muitas pessoas, talvez os grandes ausentes desta sala. Por isso, temos uma responsabilidade social da qual não há como fugir; podemos até ignorá-la, mas por alienação.

É importante perceber a nossa dívida social para que evitemos ficar numa discussão metafísica, extremamente abstrata, ignorando a posição social que ocupamos. A responsabilidade social do cientista parece óbvia, pois seu papel é efetivamente o de conhecer a realidade. Nós, enquanto geógrafos, podemos assumir este papel a partir do estudo da organização do espaço, que é o ponto de partida e não o ponto de chegada, se quisermos atingir uma melhor

compreensão do homem. Se Rousseau, citado anteriormente, ao se preocupar com os problemas de seu tempo, passou, inclusive, pelas questões da organização do espaço, é porque estas lhe pareceram, e são efetivamente, bastante pertinentes para a vida humana.

A questão é sermos geógrafos para tentar compreender o papel da organização do espaço na sociedade, tendo em vista a compreensão desta sociedade e, ao mesmo tempo, sermos geógrafos para a produção de um conhecimento que nos permita transformar a realidade.

Dadas estas questões, parece desnecessário frisar a importância do conhecimento geográfico hoje. Fala-se de problemas ecológicos, da destruição da natureza, das cidades onde já não se consegue mais habitar, de migrações, e assim por diante; temas esses permanentes nos noticiários de jornais, revistas, TV, etc. Não nos cabe listar esses tantos problemas importantes, que merecem um tratamento geográfico *também*.

Porém, se permanecermos numa Geografia, por exemplo, que faça análise de fluxos, referindo-se apenas a quantos migraram de um lugar para outro, ignoramos aspectos como a compreensão do seu significado para os indivíduos; na verdade, tal migração significa, no caso de nordestinos para São Paulo, mudança inclusive na sua posição dentro da sociedade, sem se especificar se para melhor ou para pior, mas efetivamente, uma mudança; significa deixar de ser camponês, por exemplo, na maior parte dos casos, deixando de produzir os meios para sua subsistência e vir para a cidade transformar-se num proletário para vender sua força de trabalho. Portanto há, ao mesmo tempo, migração e mudança de classe social, isto é, a migração não é só um deslocamento no espaço, pois implica várias questões sociais e políticas. Assim explicado, não vejo alternativa para a Geografia senão assumir-se nesta perspectiva histórica, porém sem confundir a História com a historiografia restrita comumente ensinada, que não aborda essa dimensão espacial da sociedade e da própria His-

tória, pois esta não se dá fora do espaço mas, antes, produz o espaço.

Passemos, agora, a algumas pistas teóricas que, talvez, nos ajudem a pensar a Geografia em bases novas. Nesse sentido, dois conceitos me parecem chaves: o de processo de trabalho e o de relações sociais de produção.

O elemento chave para compreender a relação do Homem com a Natureza é o processo de trabalho. É através do trabalho que os homens se apropriam (teórica e praticamente) da natureza.

Nesta análise, é preciso romper com a visão do Possibilismo que acreditava, de forma simples, na possibilidade de o homem transformar o meio. É preciso compreender que os homens não estão isolados, não são homens individuais. Estão sempre sob determinadas relações uns com os outros. Se não compreendemos essas relações dos homens entre si, não se poderá compreender as relações dos homens com a natureza, pois estas não se dão direta e isoladamente. Assim, ao se tomar uma frase bastante comum como "Os homens estão destruindo a natureza", colocam-se algumas questões: "Que homens são estes?" Na nossa sociedade, as pessoas não são igualmente responsáveis por esta relação de destruição. Quem é o dono da terra? São todos os homens? Existem homens que são proprietários de terras, que decidem quantos trabalhadores precisam e o que vai ser feito dessas terras. É o caso interessante do usineiro diabético que manda produzir açúcar porque não tem a menor identidade com o que produz, desde que dê lucro... Isto porque o objetivo, na nossa sociedade, é a valorização dos investimentos e, se um determinado indivíduo não é o dono da terra, dos meios de produção, ou ele faz o que o dono da terra determina ou ele é despedido. Assim, mesmo que ele não queira cortar a floresta para plantar cana-de-açúcar, qual é a alternativa que lhe resta? Deste modo, as pessoas, nesta sociedade, não têm iguais responsabilidades perante a relação homem-natureza; deve-se entender muito bem as relações sociais que os

homens estabelecem para produzir, ou então não será possível entender por que a natureza, nesta sociedade, é usada para tais fins.

Outro exemplo é o da lâmpada fluorescente produzida tecnicamente, em 1937, pela Philips, com a durabilidade de 10 mil horas, sendo lançada no mercado em 1941, simplesmente com a durabilidade de mil horas. A própria Philips conhecia a melhor técnica de produção mas não a utilizou. Isto é, ela depreda a natureza, pois a lâmpada dela também se origina, aliás, como tudo o que nos cerca, da natureza e do trabalho do homem.

Ainda outro exemplo: uma tribo indígena que trabalhava cinco horas por dia para obter o necessário à sua sobrevivência precisou trabalhar apenas duas horas ao começar a utilizar o machado. O restante do dia passou a ser ocupado com brincadeiras, cantos e na satisfação de outros desejos humanos, pois o trabalho existe para os índios como meio de satisfazer as necessidades humanas. Já numa sociedade do nosso tipo, o machado significaria a garantia de subsistência em duas horas e as outras três restantes seriam usadas para aumentar a produção, tendo em vista produzir um excedente para venda. Obviamente, nesta sociedade, a relação do homem com a natureza vai ser diferente daquela da tribo indígena.

A Geografia tem ignorado esta relação dos homens entre si que determina o que vai ser feito da natureza. Os homens são sempre tratados como homens abstratos e não como homens concretos que, na nossa sociedade, ou são industriais ou operários; ou são banqueiros ou bancários; latifundiários ou posseiros. Estes são os homens concretos que se relacionam com a natureza, sob determinadas relações sociais.

Em função dessas relações sociais é que se desenvolve o processo de trabalho, que é o processo de transformação da natureza em coisas úteis para a vida humana. Esta é a chave para a Geografia que deve levar em conta a análise do processo de trabalho, visto como um processo social de

apropriação da natureza, não de maneira individual, mas dentro de determinados objetivos definidos socialmente, influenciados fortemente por aqueles que controlam os próprios meios de produção. Não é, portanto, a sociedade como um todo que define essa apropriação, mesmo porque, no bojo dessa sociedade, inclusive a própria classe capitalista é obrigada a reconhecer direitos frente à luta contra a exploração do trabalho e a destruição da natureza. Neste sentido, a luta de classes está bem dentro das nossas preocupações.

A história da Europa e dos Estados Unidos atesta a dimensão geográfica dessa análise. Na Inglaterra do séc. XIX trabalhava-se dezesseis horas por dia, com meio expediente de oito horas aos domingos. Este fato tinha grande influência em algo de que os geógrafos tratam: a taxa de mortalidade. É evidente que esta era influenciada pela taxa de exploração de dezesseis horas por dia. Pergunta-se: desde quando os geógrafos correlacionam índice de mortalidade com taxa de exploração? Será que não se morre mais onde se é mais explorado? Onde as relações sociais são de exploração? Ou este tema é dos sociólogos? No entanto, os geógrafos continuam falando de taxa de mortalidade sem correlacioná-la com o aspecto social que a determina.

Temo-nos recusado, via de regra, a tratar da situação social e histórica, o que torna o ensino sem sentido. Por exemplo, ao construir uma pirâmide etária utilizamos os critérios de idade e sexo; ora, estes servem para se construir uma pirâmide de qualquer animal. Dentro desse limite, estamos, portanto, reduzindo o homem, considerando apenas seu aspecto biológico — idade e sexo — e não considerando a relação entre as próprias pirâmides etárias e as condições sociais, as classes sociais. Será que a expectativa média de vida dos operários é igual à dos industriais; a dos camponeses igual à dos fazendeiros?

Esta é uma questão central na Geografia; se não analisarmos as relações sociais que os homens estabelecem

entre si **para** se apropriarem da natureza, através do processo de trabalho, dificilmente superaremos as dicotomias **surgidas** até aqui. Eis, portanto, uma pista teórica a ser **sugerida**. Exemplificando: o mundo foi urbanizado fortemente a partir do final do século XVIII, intensificando-se **esse** processo até os nossos dias.

Será que não há correspondência entre esse processo e o tipo de relação social construído a partir desse século? Seria possível fazer investimentos numa fábrica, se o homem estava preso à terra, como no feudalismo? Adam Smith, que também não era geógrafo, afirmava que, para o desenvolvimento da industrialização, era necessário libertar o servo da gleba e com isso produzir um deslocamento do trabalhador para a cidade. Adam Smith estava tratando de migrações, percebendo que era preciso arrebentar com as relações sociais do tipo feudal a fim de que aqueles homens, livres dos grilhões feudais, pudessem se deslocar para as cidades. Nestas, é bem difícil praticar agricultura de subsistência. Portanto, a alternativa para o indivíduo sobreviver seria vender a única coisa que lhe restava, que é a capacidade de trabalho. E a cidade era o lugar por excelência do desenvolvimento capitalista, onde o indivíduo poderia vender a sua energia. Por que o geógrafo não trata dessa relação entre capitalismo e cidade? De fato, o capitalismo criou uma geografia própria, adequada à sua existência e reprodução: disso também nos temos recusado a tratar.

Aparte: Quer dentro da Geografia quer dentro da História, como tratar a questão do capitalismo?

CW: Estou sugerindo que, enquanto geógrafos, devemos nos preocupar, fundamentalmente, com a questão da organização do espaço, que é nosso problema básico. Porém, para entender essa organização, é preciso saber qual é o seu fator determinante.

Estou querendo que os geógrafos assumam com mais clareza a existência desta relação sociedade-espço. Chamo a atenção para um dado central da análise, através de um exemplo: o processo de industrialização iniciado no final do século XVIII, com o advento do capitalismo, deve ser visto como um todo e não de modo dicotomizado, a fim de que se possa entender como este se constrói e como se localiza.

Tal processo, ao mesmo tempo, se desdobra, por exemplo, numa concentração da população através das migrações; da mudança das relações sociais, como no caso dos "enclosures" na Inglaterra, em que os cercamentos dos campos expulsaram os homens para as cidades. Tal fato gerou um tipo de cidade e um tipo de relação cidade-campo. Se nós considerarmos todas essas variáveis na análise do desenvolvimento das relações sociais capitalistas, encontraremos uma série de temas geográficos a serem tratados, dentre os quais a indústria é ligação chave para o entendimento do capitalismo. Assim, para se analisar o Brasil, é fundamental iniciar a abordagem da Geografia Econômica brasileira pelo processo que vai definir a acumulação do capital industrial em São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte, constituindo o centro da economia e da sociedade brasileira como um todo, inclusive modificando as próprias relações no campo.

É esta a noção de unidade a ser obtida, na medida em que se percebe que o espaço analisado — seja o brasileiro ou o mundial — só pode ser compreendido como resultado de uma relação social, como espaço produzido socialmente. Daí uma série de temas se abrem e estes devem ser tratados a partir de algo que os ligue. Percebe-se, deste modo, a existência de uma totalidade, que é a sociedade se desenvolvendo e construindo um espaço adequado à sua reprodução. Por exemplo, a migração é um fenômeno no qual, em nossa sociedade, o trabalhador migra para determinados lugares onde possa vender a sua força de trabalho.

Estes tais lugares são, exatamente, aqueles onde o capital está localizado ou para onde o capital está migrando.

É importante, portanto, assumir uma postura metodológica, na qual a análise do processo de industrialização deve proceder a análise das migrações; o encadeamento de questões será lógico se se compreender a lógica da sociedade em que se vive. Por sua vez, não será possível entender a organização do espaço sem, primeiramente, compreender as relações sociais que estão sendo tecidas nesse espaço através do processo de trabalho.

Aparte: Se o processo de trabalho vai explicar tudo, pode-se entender toda a realidade através da dimensão técnica do trabalho.

CW: Um indivíduo trabalhando na terra, transformando a natureza primitiva, já realiza um trabalho social. Os objetivos que levaram os homens a produzirem já estão determinados socialmente, o que significa entender as relações sociais determinando o processo de trabalho, como um processo social de apropriação da natureza. Relembro o caso da sociedade indígena, citado anteriormente.

Para fins de operacionalização, acabamos por dividir a realidade, julgando ser esta uma forma de melhor explicitá-la. Porém, a questão central é sabermos que realidade queremos mostrar. Na sociedade onde vivemos, o processo de trabalho pode ser entendido do ponto de vista técnico, o que, entretanto, me leva à preocupação de não cair numa visão tecnicista do processo de trabalho, pois ele, em si, já é um momento do processo social. Por exemplo, o que se vai fazer com a natureza já é definido socialmente: por quê? para quem? *O modus operandi* mais concreto vai ser o processo de transformação da natureza que, para o geógrafo, é a chave da questão. Mas a geografia que encarar esse processo de transformação como exclusivamente técnico vai perder a dimensão social mais ampla.

Retomando, gostaria de reforçar a necessidade de se perceber a unidade entre espaço e sociedade, na medida em que esta constrói aquele. Por exemplo: a sociedade capitalista concentra a população nas cidades, através da constituição de uma camada ampla de assalariados. Esta concentração é, entretanto, contraditória para o capitalismo, pois ao mesmo tempo que concentra os trabalhadores, também o faz com relação à força potencial de contestação ao sistema econômico. Não é por acaso que as cidades são focos de lutas sindicais, econômicas e mesmo políticas dos trabalhadores. Isto é, o próprio capitalismo concentra forças que, contraditoriamente, podem superá-lo. Não digo que necessariamente o vão fazer, mas não se pode ignorar tal processo contraditório.

Por isso, aparecem divisões nas nossas cidades. O Rio de Janeiro, por exemplo, é uma cidade extremamente segregada do ponto de vista social, parecendo, inclusive, que existem duas cidades como um retrato da própria segregação social, ao observarmos a Zona Norte e a Zona Sul separadas pelo Túnel Rebouças. E só compreenderemos esta geografia se formos capazes de entender as relações sociais que criaram este espaço. Basta atentar para o fato de que 66% dos investimentos públicos em saneamento básico e similares se fizeram, durante o período de 1979 a 1982, na orla marítima — da Glória, do Catete, até a Barra da Tijuca. No entanto, neste trecho não moram 66% da população do Rio. Para se compreender o porquê desses investimentos, tomemos o caso de uma rua do bairro de Botafogo, onde existiam vinte casas há dez anos atrás e atualmente conta com vinte edifícios de vinte andares, com dois apartamentos por andar. Assim, onde existiam antes vinte casas, hoje há oitocentas residências, pelo que a rede de esgotos, de água e de energia elétrica teve que ser ampliada. Já o outro lado do Rio nunca teve tais serviços e vai continuar a não tê-lo, pois o Estado gastou os recursos necessários na ampliação desses serviços no bairro citado. O responsável por tal situação é o capital imobiliário que

exige do Estado a criação da infra-estrutura para a venda de seus prédios, pois apartamentos com "livings", lavabos, suítes, não podem ser vendidos se não dispuserem de água, energia e etc...

Portanto, a Geografia que se tem só pode ser entendida se compreendermos as relações sociais que vão determinar, inclusive, um processo de trabalho de construção de rede de esgotos, por exemplo, de acordo com os desígnios do capital imobiliário.

Quando as associações de moradores reivindicam os investimentos públicos para o outro lado da cidade, estão desenvolvendo uma luta política. Esta aparece, no Rio de Janeiro, como uma luta entre a Zona Norte e a Zona Sul. Portanto, o que não é exclusivamente uma questão geográfica, mas social, aparece sob uma forma geográfica.

Ao entendermos a organização do espaço a partir da compreensão da sociedade em que se vive, das relações sociais estabelecidas, vislumbro a possibilidade teórica de ser geógrafo não-geógrafo; e a partir da Geografia ou da organização do espaço, a possibilidade de entender a sociedade. É uma ruptura interessantíssima com a divisão do trabalho científico, e, nesse sentido, se minha análise tiver que invadir a Sociologia para uma melhor compreensão da organização do espaço, não ficarei preocupado em indagar se estou ou não fazendo geografia sem dúvida alguma, irei aonde for possível e necessário para compreender a organização do espaço e, por esta via, compreender as relações sociais sob as quais estamos vivendo.

Ao escrever um artigo sobre geografia e imperialismo, * percebi que minha análise não poderia ficar somente na Geografia e que, ao mesmo tempo, o Imperialismo tem uma conotação geográfica de dominação dos países imperialistas desenvolvidos sobre os países do Terceiro Mun-

* GONÇALVES, Carlos Walter Porto. "Geografia e imperialismo: uma introdução", in *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, (59): 23-41, out. de 1982.

do. Ocorre uma desigualdade social, uma drenagem de recursos, e não é à toa que tínhamos no Brasil uma dívida externa de 98 bilhões de dólares em 1984.

Coloquei a seguinte epígrafe nesse meu trabalho: "Neste artigo fui obrigado a romper com as fronteiras das disciplinas científicas com a mesma facilidade com que o imperialismo invade as fronteiras nacionais". Em outras palavras, não era possível entender o imperialismo ficando fechado num território de conhecimento restrito.

Dado que para avançar a análise geográfica é preciso entender a questão da organização do espaço como produto da sociedade e que aquela é uma condição para que essa sociedade continue existindo, coloco a necessidade de romper as fronteiras científicas para sermos geógrafos sérios. Desta forma, teremos um ensino com o qual o aluno ficará mais satisfeito, pois estaremos mostrando-lhe que a organização do espaço é algo importante para compreender as contradições de nossa sociedade.

Vamos torcer para que o historiador também rompa com essa historiografia que não consegue analisar a organização do espaço. Quando isto ocorrer, seremos todos historiadores e geógrafos ao mesmo tempo, rompendo com a divisão do trabalho científico. Da mesma maneira, quando o economista e o sociólogo perceberem que a Economia e a Sociologia têm uma dimensão espacial, seremos sociólogos, economistas, geógrafos e historiadores. Por sua vez, os geógrafos não ficarão tão presos à Geografia e tão preocupados em serem geógrafos, atitude que tem dificultado a compreensão da realidade. Deste modo, caminhamos para nos tornar simplesmente cidadãos conscientes da realidade contraditória em que vivemos, rompendo com o mito do especialista competente. Afinal de contas, o mundo nunca contou como hoje com tantos técnicos planejando. Por trás do mito do especialista competente se escondem os interesses de uma camada social específica — os gestores, os tecnocratas — mais preocupados em se preservar do que em lutar pelo estabelecimento de uma sociedade

Verdadeiramente democrática, o que só pode ser conseguido com a Autogestão.

Aparte: Apontando para uma briga entre o capitalismo e o socialismo, o senhor propõe uma geografia socialista?

CW: Em todas as análises feitas, não necessariamente **estou** propondo uma Geografia Socialista. Devemos, acima de tudo, partir da seguinte reflexão: a sociedade em que vivemos hoje é contraditória?

O capitalismo deu respostas para alguns problemas que a sociedade feudal não conseguia mais responder. Ao mesmo tempo, o capitalismo não instalou o paraíso na face da Terra, pois vivemos numa sociedade onde se chega ao cúmulo de exibir terras sem serem trabalhadas, máquinas paradas, e, por outro lado, trabalhadores desempregados. Trata-se de uma sociedade que não está preocupada em satisfazer as necessidades humanas, que não consegue controlar a si própria, e, mais ainda, uma sociedade que nem os próprios capitalistas controlam. Costuma-se dizer que o capitalismo se revigora com as crises. Dizem que numa crise uma série de empresas abrem falência e outras conseguem sobreviver, e até sobreviver bem. Porém, qual é o capitalista que sabe se é justamente ele que vai escapar da crise? Esta, portanto, não é boa nem para os capitalistas. É claro que, posteriormente, abre-se um mercado imenso para aquele que sobrevive e aparece, inclusive, vasto contingente de mão-de-obra desempregada que pode ser utilizada a baixíssimo salário, iniciando-se um novo ciclo de acumulação. No entanto, sabemos que, se a crise é ruim para o capitalista, ela é muito pior para os trabalhadores.

Além do mais, o empresário, ao fazer um investimento, não tem muita certeza, *a priori*, de que seu produto vai ser vendido. É o que ele chama de risco e eu chamo de anarquia! Trata-se, portanto, de uma sociedade que trabalha e só depois sabe se o seu produto vai ser vendido

ou não; em que cada um quer fazer do segredo a "alma do negócio" no qual quer colocar o máximo de produtividade possível, mas, não sabendo se o outro está fazendo a mesma coisa, acredita que esse outro está fazendo o máximo.

Tem-se então um processo que leva a contradições muito grandes, como todos os problemas analisados até aqui. Ora, se a alternativa que se extrai daí é o socialismo, partindo da escolha das pessoas, que o seja. Entendo que, se for preciso superar o capitalismo para trazer felicidade para os homens, farei o possível por essa mudança. Se isso se chamar socialismo, muito bem. Não estou preocupado com o nome que tal transformação terá, mas em resolver os problemas. Se, para tanto, é preciso romper com o capitalismo, estou disposto a esta tarefa.

Aparte: Nós, como professores de Geografia, ao expormos nossas idéias aos alunos, poderemos estar nos levantando contra o modelo de sociedade que aí está.

CW: É preciso lembrar que estamos num processo social muito desigual. Por isso sentimos, na sociedade brasileira hoje, que o novo, um tipo de sociedade nova, está efetivamente brotando, mas de maneira pontual: às vezes, uma greve em São Bernardo; às vezes, um movimento no Acre; movimentos de bóias-frias em Bebedouro, etc. Isto, por sua vez, nos leva a crer que as pessoas recuperaram a dignidade e são contra a opressão e a exploração, não fazendo tais movimentos, é claro, por incitação do ouro de Moscou... O processo de mudança social não ocorre porque o professor induziu o aluno a isso. Esse processo ocorre se a população sente necessidade disso. Claro que o professor que não escamoteia a realidade, mas, ao contrário, estimula o aluno a refletir sobre os seus problemas, está ajudando-o a se posicionar mais conscientemente no mundo. Afinal, não é esta a nossa função?

Coloco ainda uma questão filosófica: se esta sociedade que temos é natural e garante aos homens a felicidade; se nesta sociedade as estruturas sociais, econômicas, políticas e geográficas são capazes de dignificar o homem, temos todo o direito de propugnar pela sua preservação e passar para os nossos alunos os seus valores. Porém se esta sociedade é contraditória e dentro dela há pessoas resistindo, devemos ouvi-las. Pode-se considerar que estamos diante de uma questão só de tempo para resolvermos problemas como o salário que se paga, as *condições* em que se vive, as condições ambientais, de saneamento básico de que dispomos, etc... Não temos é o direito de confundir nossos alunos ao passar-lhes a idéia de que nossa sociedade é harmônica e muito bem integrada, quando ela é contraditória. Qualquer análise que ignore este fato não é uma análise científica.

Aparte: Quero acrescentar, questionando o aparte anterior, que antes de sermos professores de Geografia, estamos compondo uma sociedade, uma humanidade.

Aparte: O capitalismo que se passa no Brasil é o mesmo dos Estados Unidos, Alemanha, França?

CW: Vou responder com um exemplo. Em 1978, aqui, em São Paulo, ocorreu um fato concreto: greve na Scania Vabis. O presidente da Scania é um sueco. No momento da greve, ele chamou imediatamente o delegado de polícia para prender a liderança dos trabalhadores. Se esse elemento estivesse na Suécia, chamaria o delegado sindical. Isto é, atua de maneira diferente no Brasil e na Suécia. No entanto, o "socialismo sueco", que só é socialismo no nome, vive na verdade dos superlucros que, por exemplo, a Scania tem em São Bernardo. Portanto, é preciso acabar com a idéia de que o capitalismo lá na Suécia é civilizado e aqui é selvagem, como se isso não fosse as duas faces de

um mesmo capitalismo; que concentra a riqueza de um lado e a espolia do outro, havendo, inclusive, pessoas no Brasil que, lamentavelmente, se beneficiam desta situação e não querem romper com ela. Não é a Suécia que explora o Brasil; são alguns suecos que, juntos com alguns brasileiros, exploram o trabalho de muitos brasileiros e suecos. São as classes sociais dominantes suecas que, aliadas às classes dominantes brasileiras, exploram os trabalhadores. Portanto, ao se falar que um país explora outro, é preciso lembrar que dentro desses países existem classes sociais, o que, muitas vezes, é escamoteado pela análise geográfica.

Pode-se acrescentar, ainda, que, mesmo nos países capitalistas avançados como nos Estados Unidos, ou nos da Europa norte-ocidental, é possível ver as condições em que vive o trabalhador. Por exemplo, não se pode esquecer que a Suécia é recordista mundial de suicídio; uma sociedade onde o indivíduo passa os seus dias realizando o mesmo tipo de trabalho, de maneira alienada. Se se considerar que essa sociedade dignifica o homem, então, há que se aceitar que o suicídio seja a solução para a humanidade... Assim, mesmo onde o capitalismo foi bem-sucedido, há profundas contradições. Há que se questionar: na Suécia, por exemplo, o trabalho está dignificando o homem ou o está torturando? Para discutir esse assunto com os alunos, o melhor é levá-los a assistir o filme "Tempos Modernos", do Chaplin...

Aparte: Em termos didáticos, ao ensinarmos em 5.^a e 6.^a séries, parece que não conseguimos abordar a Geografia Brasileira. Teríamos que abordar a realidade de forma mais concreta, para evitarmos distorções. E como resolver o problema da dicotomia?

CW: Ao escrever livros didáticos de Geografia, optei por um caminho que pode ser objeto de crítica. Numa coleção de quatro livros, o primeiro volume trata de Geogra-

fia Física. Seu objetivo é estudar a história natural do planeta, levando o aluno a entender o processo de gênese da natureza e de como ela foi paulatinamente se autodiferenciando, ao longo do tempo e do espaço, constituindo os diversos ecossistemas. Isto é, estudar o processo de formação da litosfera, da atmosfera, da hidrosfera e da biosfera. Isto para mostrar ao aluno que existe um tempo geológico, um tempo de formação das florestas, um tempo muito longo de formação dos solos. Tal estudo talvez o ajude a lutar amanhã contra certas práticas de uso do solo que levam à erosão e destroem num ano o que levou 300, 400, 600 anos para se formar. Da mesma forma, pode-se estudar com os alunos a formação dos continentes. Toda essa abordagem da natureza é feita em função da sua história. Assim, não tenho a preocupação de descrever, mas de analisar o processo histórico que a foi constituindo. No último capítulo do meu livro sobre a Geografia da Natureza, trato do aparecimento do homem a partir da natureza, mostrando que ele passa, durante um milhão de anos, por um processo muito semelhante ao dos animais: recolhe coisas da natureza tal como ela as oferece (é a coleta, a caça e a pesca). Mas há um momento em que os homens começam a organizar o seu espaço, a partir da revolução neolítica. É a partir daí que os homens começam a fazer geografia, passando a extrair da natureza aquilo que ele plantou.

Assim, quando se passa para a Geografia Humana, analisando-a também como um processo histórico, vê-se que esse processo é o de apropriação da Natureza. Este é um dos fatores mais importantes de produção. Não se pode ignorar que a Natureza é um dos elementos das chamadas forças produtivas, como também o são as técnicas, os instrumentos de trabalho e também o próprio homem (o homem social e não o homem individual).

Aparte: Como tratar os aspectos físicos relacionando-os com os humanos e econômicos? Como fazer isso em sala de aula?

C W: Não se trata apenas de relacionar o homem com a natureza. As relações sociais é que são importantes, como antes analisei.

Aparte: O relacionamento feito com as demais disciplinas não é suficiente para se compreender as relações sociais.

CW: O importante é saber que o homem que está ocupando o espaço não é um homem isolado; existe uma unidade que só se pode entender se compreendermos as relações sociais entre os homens; se compreendermos que esse processo de apropriação da natureza é social; isto é, através de um determinado modo de produzir a existência, apropriamo-nos da natureza. Não se pode conceber os homens como seres que vão simplesmente povoando um território, porque eles o fazem através de determinadas relações sociais, através de determinado modo de produção.

Aparte: A Ecologia veio para socializar o conhecimento; nesse sentido, não parece uma tentativa malsucedida.

CW: A Ecologia, tal como foi formulada por Haeckel no século passado, tem um objetivo muito restrito: é o estudo das relações dos organismos vivos num determinado lugar, com o seu meio ambiente. A Ecologia foi ganhando uma dimensão muito grande nos períodos mais recentes e conseguiu incluir o homem entre os animais. Porém, o homem é um animal de uma relação mais complexa, tem estrutura social própria, de classe; tem idéias, desejos, aspirações; o homem não produz só para comer, ele se enfeita, tem fantasias, enfim, é um animal mais complexo. No meu modo de pensar, a Ecologia tenta vê-lo como um dado a mais, como os outros animais, e não tem considerado esses aspectos anteriormente analisados. Por exemplo, fala-se muito, através da Ecologia, da questão malthusiana do

crescimento da população — um antigo assunto da Geografia. Ora, na relação homem/natureza, os norte-americanos, que são 240 milhões de habitantes, depredam muito mais a natureza que os 600 milhões de indianos. Portanto, a relação homem/natureza não é uma questão de quantidade, de número de habitantes, mas depende do tipo de sociedade que se tem, do tipo de civilização e dos seus objetivos. Observemos uma sociedade que procura fabricar todo tipo de bugigangas justificadas por uma ideologia de consumo: nesse tipo de sociedade, como a norte-americana, promove-se o obsoletismo planejado. Fabricam-se coisas já com a preocupação de que se tornem obsoletas rapidamente, para serem logo substituídas por outras. Dessa forma, é preciso depredar muito mais a natureza para comportar esse propósito. O obsoletismo físico é acompanhado também do obsoletismo moral: muitas coisas em perfeito estado são deixadas de lado por que não estão mais na moda. E os meios de comunicação de massa são os veiculadores desses valores. Um produto muitas vezes ainda fisicamente utilizável é abandonado porque o consideramos fora de moda. Este é o papel da moda: desmoralizar subjetivamente (simbolicamente) as mercadorias para que compremos outras. Para quem ainda resiste a essa ideologia, os departamentos de pesquisa das grandes empresas se encarregam de fazer com que os carros, os eletrodomésticos, as roupas, durem cada vez fisicamente menos. Não tem saída: vivemos na sociedade do descartável, onde o desperdício é cientificamente planejado.

Haja natureza para resistir a tudo isso!

Quão digno é o homem e a sociedade cujo trabalho tem esta finalidade!

Que ciência é essa que se presta a isso?

Creio ter deixado sugestões suficientes para que façamos uma Geografia que possa, de fato, contribuir para a superação dos problemas que o mundo de hoje enfrenta.

Não passam de sugestões e não poderia ser diferente: se cada um de nós não levar essas questões para o seu dia-a-dia, fecundá-las com a sua reflexão-ação crítica, de nada adiantará. A Geografia Crítica não é um novo discurso. É, fundamentalmente, uma nova proposta de "praxis" social.